15 QUESTÕES DE LEGISLAÇÃO

01-NÃO é exemplo de Proteção Social (Seguridade social):

A. Previdência.
B. Benefícios a servidores públicos.
C. Saúde.
D. Assistência social.
E. Trabalho (Geração de renda e inserção profissional).

02-Referente às Constituições e a seguridade social é INCORRETO afirmar:

A. A nossa primeira Constituição, de 1824, tratou da seguridade social no seu art. 179, onde abordou a importância da constituição dos socorros públicos.
B. O ato adicional de 1834, em seu art. 10 delegava competência às Assembléias Legislativas para legislar sobre as casas de socorros públicos. A referida matéria foi regulada pela Lei nº 16, de 12/08/1834.
C. Em 1835, foi criada a primeira entidade privada em nosso país, o Montepio Geral dos Servidores do Estado (Montgeral). Caracterizava-se por ser um sistema mutualista, no qual os associados contribuíam para um fundo que garantiria a cobertura de certos riscos, mediante a repartição dos encargos com todo o grupo.
D. A Constituição de 1891 foi a primeira a conter a expressão "aposentadoria". Preceituava no seu art. 75 que os funcionários públicos, no caso de invalidez, teriam direito à aposentadoria, independentemente de contribuição para o sistema de seguro social.
E. A Constituição de 1919, instituiu o seguro obrigatório de acidente de trabalho, bem como uma indenização a ser paga pelos empregadores.

03-A NOB/SUAS disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no território brasileiro, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos, em consonância com a Constituição da República de 1988, a LOAS e as legislações complementares a ela aplicáveis. Seu conteúdo estabelece, EXCETO:

A. Caráter do SUAS.
B. Funções da política pública de Assistência Social para extensão da promoção social brasileira.
C. Níveis de gestão do SUAS.
D. Instâncias de articulação, pactuação e deliberação que compõem o processo democrático de gestão do SUAS.
E. Regras de transição.

04-O Artigo 244-A do ECA afirma que submeter criança ou adolescente, à prostituição ou exploração sexual requer a pena de:

A. Reclusão de um a seis anos, e multa.
B. Reclusão de dois a seis anos, e multa.
C. Reclusão de dois a dez anos, e multa.
D. Reclusão de três a oito anos, e multa.
E. Reclusão de quatro a dez anos, e multa.

05-São diretrizes da PNSPI (Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa), EXCETO:

A. Ações intersetoriais.
B. Estímulo a participação.
C. Proporcionar medicamentos.
D. Divulgação da PNSPI.
E. Promoção de cooperação e internacional.

06-Sobre o Estatuto da criança e do Adolescente - ECA é INCORRETO afirmar:

A. Composto por 267 artigos, o Estatuto tem como base o Principio Absoluto as crianças e aos adolescentes.
B. A lei nasce de um novo pensamento da sociedade, na década de 80, e a partir de uma mobilização social nacional que da origem ao Fórum Nacional de Entidades não Governamental de defesa dos direitos da criança e do adolescente (Fórum DCA).
C. O Fórum DCA recolheu mais de seis milhões de assinatura para garantir a criação de um artigo que estabelece os direitos humanos de meninos e meninas na Constituição Federal de 1988.
D. A Carta Magna brasileira se antecipou, inclusive, à Assembléia Geral das Nações Unidas, que adota, em 1989, a convenção internacional dos direitos da criança e do adolescente.
E. Toda a mobilização social para garantir o direito da criança e do adolescente culminou, em 1990 com a promulgação da lei 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, representando um divisor das águas na história da infância e da adolescência brasileira, ao substituir a lógica da doutrina da situação integral.

07-Da LOAS, Art. 15. Compete aos Municípios, EXCETO:

A. Destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social.
B. Efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral.
C. Executar os projetos de enfrentamento da pobreza incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.
D. Atender às ações assistenciais de caráter de emergência.
E. Responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no art. 203 da Constituição Federal.

08-São critérios que devem ser levados em conta para o beneficio da prestação continuada (BPC), EXCETO:

A. Nível de renda: o limite é de renda familiar per capita não menor ou igual que um quarto de salário mínimo, o qual varia em termos absolutos conforme os reajustes anuais do salário mínimo.

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br

B. Família: para o BPC são considerados membros da família o conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo teto, sendo seus membros o beneficiário (ou requerente), seu cônjuge, seus filhos não emancipados menores de 21 anos ou inválidos, seus pais, e os irmãos não emancipados menores de 21 anos ou inválidos.
C. Casos especiais de família: em relação a pessoas internadas em hospitais, asilos e instituições semelhantes, computa-se, para efeito de avaliação da elegibilidade ao BPC, o rendimento e o tamanho de suas famílias de origem.
D. Incapacidade: a legislação brasileira determina a concessão do BPC a pessoas de renda extremamente baixa cuja deficiência as incapacita para o trabalho e a vida independente, levando-se em conta nessa definição a interação entre a pessoa e seu ambiente físico e social.
E. Idade: podem receber o BPC pessoas cuja idade seja igual ou superior a 65 anos na data de concessão do benefício, se atendido o critério de renda.

09-Se dá através de ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, familiares, de vizinhança, de segmento social, mediante a oferta de experiências sócio-educativas, lúdicas, sócio-culturais, desenvolvidas em rede de núcleos sócio-educativos e de convivência para os diversos ciclos de vida, suas características e necessidades.
Este é o conceito de:

A. Segurança de sobrevivência.
B. Segurança de rendimento.
C. Segurança de autonomia.
D. Segurança de convívio.
E. Segurança de acolhida.

10-O ECA, em seu Artigo 10 afirma que os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a, EXCETO:

A. Manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dez anos.
B. Identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente.
C. Proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais.
D. Fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
E. Manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

11-Sobre o direito a acessibilidade é INCORRETO afirmar:

A. Para que as pessoas com deficiência possam ter liberdade de ir e vir e se sentir parte da comunidade, elas necessitam de um meio físico adequado e que garanta segurança e acesso.
B. O direito a acessibilidade está descrito nas Leis 10.098/02 - regulamentada através do Decreto 5.296/04 - e 10.048/02 que prevêem a adequação das vias e de espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios, nos meios de transporte e de comunicação e do acesso a informação e saúde.
C. É possível promover a inclusão social no meio físico construindo rampas de acesso, banheiros adaptados, pisos táteis, guias rebaixadas, sinais sonoros, entre outros.
D. A acessibilidade na comunicação e informação pode ser alcançada através de sites acessíveis, que atendam às pessoas com deficiência visual e, por exemplo, aparelhos de televisão com legenda oculta. As emissoras de TV devem incluir em suas programações interprete de Libras, para que as pessoas com deficiência auditiva possam acompanhar os programas.
E. Pessoas com deficiência física, idosos, gestantes, lactantes e pessoas com crianças de colo, devem ter atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado.

12-Sobre ética é INCORRETO afirmar:

A. Ética é o estudo filosófico da moralidade, e esta é o conjunto de normas comportamentais socialmente aceitas por determinado grupo.
B. A ética lida com aquilo que pode ser diferente do que é.
C. A ética parte da crença na existência de um hiato – alguns diriam abismo – separando a realidade humana do potencial humano.
D. Há duas grandes classes de teorias éticas — consequencialistas e deontológicas — que têm dado forma ao entendimento que a maior parte das pessoas tem da ética.
E. As deontológicas defendem que devemos escolher a ação disponível que tem as melhores consequências globais, ao passo que os consequencialistas defendem que devemos agir de modos circunscritos por regras e direitos morais e que estas regras ou direitos se definem (pelo menos em parte) independentemente das consequências.

13-Sobre o Programa Bolsa Família é INCORRETO afirmar:

A. A portaria interministerial do Ministério da Saúde e do Desenvolvimento Social, número 2.509, de 22 de novembro de 2004, dispõe das condicionalidades do Bolsa Família na Saúde.
B. As condicionalidades nas áreas de saúde e educação são: manter as crianças e adolescentes em idade escolar freqüentando a escola e cumprir os cuidados básicos em saúde, ou seja, o calendário de vacinação, para as crianças entre 0 e 8 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação.

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br

C. O Ministério da Educação é responsável pelo acompanhamento da freqüência escolar e o Ministério da Saúde faz o monitoramento e avaliação da saúde de crianças e gestantes.
D. Ao setor público de Saúde cabe oferecer serviços para o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, assistência pré-natal e pós-parto, vacinação e Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) - de crianças < 7 anos de idade.
E. As famílias beneficiárias com gestantes, mães em fase de amamentação e crianças < 7 anos deverão receber a visita de um Agente Comunitário de Saúde (ACS) e serem assistidas por Equipe de Saúde da Família (ESF) ou em Unidades Básicas de Saúde (UBS).

14-São princípios éticos que orientam a intervenção dos profissionais da área de assistência social, EXCETO:

A. Defesa intransigente dos direitos socioeducacionais.
B. Compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais.
C. Promoção aos usuários do acesso a informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende.
D. Proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade e opção e resgatando sua historia de vida.
E. Compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade.

15-De acordo com a NOB-RH/SUAS, os municípios em gestão básica deverão, EXCETO:

A. Planejar o ingresso de pessoal com a previsão de quantitativos anuais de vagas a serem preenchidas por meio de concurso público.
B. Instituir em seu âmbito uma Mesa de Negociações com composição paritária entre gestores, prestadores de serviços, trabalhadores da área da assistência do setor público e do setor privado.
C. Propiciar e viabilizar a participação das instituições de ensino superior, em seu âmbito, mediante a realização de atividades conjuntas de capacitação, pesquisa e extensão, bem como de avaliação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
D. Organizar centros de estudos ou outras formas de mobilização regionalizados nas unidades de assistência social, que devem ser considerados como núcleos de discussão técnica e de fomento a qualificação dos trabalhadores no SUAS.
E. Participar da definição dos critérios de repasse de recursos fundo-a-fundo e da definição dos requisitos, responsabilidades e incentivos referentes ao cumprimento da NOB-RH/SUAS.

25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16-Na violência sexual, são características do vitimizador, EXCETO:

A. O vitimizador tende a ser extremamente protetor, zeloso e possessivo, negando à criança/adolescente contatos sociais normais.
B. Crê que o contato sexual é forma de expressar afeto.
C. Acusa a criança de promiscuidade ou de sedução sexual.
D. Alega que outra pessoa é quem abusou da criança para proteger um membro da família;
E. Frequentemente, há abuso de álcool ou drogas.

17-O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange a um total de até:

A. 800 famílias/ano.
B. 1.000 famílias/ano.
C. 1.200 famílias/ano.
D. 1.500 famílias/ano.
E. 2.000 famílias/ano.

18-A NOAS 01/2002 preconiza, EXCETO:

A. O planejamento integrado.
B. A garantia de acesso.
C. A hierarquização dos serviços de saúde.
D. A reprodutividade dos serviços.
E. A racionalização dos recursos.

19-Não é exemplo de Promoção Social (igualdade de oportunidade e resultados):

A. Educação.
B. Cultura.
C. Trabalho (seguro desemprego).
D. Desenvolvimento agrário.
E. Habitação e Urbanismo.

20-Referente ao termo sociofamiliar é INCORRETO afirmar:

A. A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social.
B. A defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consangüíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero.
C. A família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência.

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br

D. O fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social, na própria família, não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade.
E. O princípio integração à Seguridade Social significa o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos, que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social.

21-Sobre o orçamento da Assistência Social é INCORRETO afirmar:

A. Os instrumentos de planejamento orçamentário, na administração pública, se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.
B. PPA – expressa o planejamento das ações governamentais a longo prazo e envolve quatro exercícios financeiros, tendo vigência do segundo ano de um mandato até o primeiro ano do mandato seguinte.
C. LDO – define as prioridades, metas e estabelece estimativas de receita e limites de despesa a cada ano, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
D. LOA – explicita as prioridades e as possibilidades de gasto em rubricas de receita e despesa para o ano respectivo, identificando os benefícios tributários, financeiros e creditícios.
E. A LOA é composta pelo Orçamento Fiscal, que compreende os fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta e as fundações públicas; pelo Orçamento de Investimentos das Estatais, nas empresas em que o poder público detenha maioria do capital social com direito a voto; e pelo Orçamento da Seguridade Social, que congrega as Políticas de Saúde, de Previdência e de Assistência Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a elas vinculados, seja da administração direta ou indireta, os fundos e fundações públicas.

22-Os Conselhos Estaduais de Assistência Social têm suas competências definidas em legislação específica e deverão, no cumprimento da LOAS, EXCETO:

A. Acompanhar e controlar a execução da Política Estadual de Assistência Social.
B. Aprovar o Plano Estadual de Assistência Social e suas adequações.
C. Aprovar o Plano Integrado de Capacitação de recursos humanos para a área da Assistência Social.
D. Atuar como instância de recurso da Comissão Intergestores Tripartite.
E. Zelar pela efetivação do SUAS.

23-Constituem receitas do Fundo de Assistência Social, EXCETO:

A. Dotação orçamentária da União.
B. Dotação orçamentária dos tesouros de outros níveis de governo.
C. Doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis (imóveis não são aceitos) que venham a ser recebidos de organismos e entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas jurídicas nacionais ou internacionais.
D. Receitas de aplicações financeira do fundo.
E. Transferências de outros fundos.

24-São condição para que os Estados e os Municípios recebam recursos do FNAS, EXCETO:

A. Criação e funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social.
B. Plano Plurianual de Assistência Social.
C. Cópia da lei Orçamentária e anexo.
D. Ato do Conselho de Assistência, atestando a capacidade técnico administrativa e gerencial para formular, coordenar, normatizar e avaliar a Política e o Sistema de Assistência Social.
E. Atuar como instância de recurso dos Conselhos de Assistência Social.

25-Associativismo social pressupõe, EXCETO:

A. Representatividade.
B. Articulação de políticas públicas.
C. Composição social homogênea.
D. Relações com o Estado.
E. Características de autonomia (independência em relação ao Estado).

26-A década de 1970 se caracterizou por, EXCETO:

A. Contexto de ditadura militar.
B. Crise econômica.
C. Desenvolvimento conservador.
D. Industrialização e urbanização.
E. Estado com capacidade de desempenhar um papel no crescimento econômico: infra-estrutura e empresas.

27-Sobre as diretrizes do Programa Saúde do Adolescente (PROSAD) é INCORRETO afirmar:

A. Adolescentes e jovens brasileiros, de 10 a 24 anos, tem seus direitos à saúde legalmente constituídos, sendo garantido a atenção integral por faixa etária e grupos populacionais em todos os níveis de atenção.
B. O processo de elaboração e de avaliação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e jovens deverá contar com a participação de grupos organizados destes segmentos populacionais.
C. As ações de saúde destinadas a adolescentes e jovens devem levar em consideração o contexto histórico, social, cultural, econômico e político e em que vivem.
D. A educação permanente de profissionais de saúde e gestores é condição essencial para garantir a qualidade de atenção à saúde de adolescentes e jovens.

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br

E. Promover a atenção integral à saúde de adolescentes e de jovens, de 10 a 24 anos, no âmbito da Política Nacional de Saúde, visando à promoção da saúde, à prevenção de agravos e à redução da morbimortalidade.

28-São características da NOAS - Norma Operacional de Assistência à Saúde - NOAS 01/2001, EXCETO:

A. Amplia as responsabilidades dos municípios na Atenção Básica.
B. Cria mecanismos de fortalecimento da gestão do SUS.
C. Cria mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do SUS e procede à atualização dos critérios de habilitação de estados e municípios.
D. Estabelece o processo de regionalização como estratégia de hierarquização.
E. Atualiza os critérios de habilitação/desabilitação de Estados e Municípios.

29-Proteção Social Especial de média complexidade são aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, acompanhamento sistemático e monitorado. Faz parte desta proteção:

A. Atendimento Integral Institucional.
B. Casa Lar, República, Casa de Passagem.
C. Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência.
D. Medida sócio-educativa restritiva e privativa de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada).
E. Trabalho protegido.

30-Dos setores da sociedade, indique a característica do terceiro setor:

A. Esfera estatal pública.
B. Responsável pelo atendimento das demandas sociais – Políticas Públicas.
C. Prima pelo lucro, competitividade e acumulação.
D. Representante do povo através do voto.
E. Complementar ao Estado no atendimento das demandas.

31-Foram muito importantes para a proteção ao trabalhador as instituições e as medidas de Política Social assumidas pelo governo brasileiro, no período de 1930 a 1954.
Entre essas medidas podem ser citadas, EXCETO:

A. Instituição do salário mínimo.
B. A jornada de 8 horas de trabalho.
C. As férias não remuneradas.
D. A estabilidade no emprego.
E. A indenização por dispensa sem justa causa.

32-Sobre a história da assistência social e o trabalho no Brasil é INCORRETO afirmar:

A. Em 1942, foi criada por Decreto-Lei a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que serviria como órgão de colaboração junto ao Estado, para cuidar dos Serviços de Assistência Social.
B. Ainda em 1942, foi instituído o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).
C. Em 1943, foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
D. Em 1946, foram fundados mais dois órgãos importantes para o atendimento dos trabalhadores: o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC).
E. Em 1950, criou-se a Fundação Leão XIII, com o objetivo de atuar na educação popular dos favelados do Rio de Janeiro. Em 1951, foi criada a Fundação da Casa Popular, para melhorar as condições de habitação das classes trabalhadoras.

33-Sobre a agenda neoliberal da LOAS e sua função social é INCORRETO afirmar:

A. 1993 - Aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) – garantia dos direitos declarados na CF/1988.
B. 1995 - Reforma do Estado – substitui responsabilidade do Estado por responsabilidade do público não-estatal.
C. 1996 - Primeiro documento da PNAS – sistematiza-se os princípios e as diretrizes da política, no campo dos direitos sociais.
D. 1998 - Reforma da Previdência – seletividade e privatização – desmantelamento do princípio da integração entre as três políticas.
E. 2004 - Novo documento da PNAS / SUAS – novas conceituações - proteção social, intersetorialidade e territorialidade.

34-Sobre a Constituição Federal e a proteção ao idoso é INCORRETO afirmar:

A. A proteção ao idoso tem assento constitucional e esta vem estampada logo no art. 1º da Constituição Federal – CF ao estabelecer que a República Federativa do Brasil tem como fundamentos, dentre outros, a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Esses fundamentos inauguram uma série de direitos protegidos que visam a garantir ao idoso, além das garantias constitucionais asseguradas a qualquer cidadão, direitos específicos.
B. A CF assevera que um dos objetivos fundamentais da República é o de construir uma sociedade livre, justa e solidária, promovendo o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, I e IV).

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br

C. Como direitos e garantias fundamentais, a CF determina em seu art. 5º que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, prosseguindo que a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado (XLVIII).
D. O inciso XXX do art. 7º, ao tratar dos direitos sociais, proíbe a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
E. Aos maiores de 75 (setenta) anos é facultado o direito de votar (art. 14, §1º, II, b).

35-Referente ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é INCORRETO afirmar:

A. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo território nacional dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassitenciais, de caráter continuado ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério universal e lógico de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil.
B. O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política pública de assistência social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento aos usuários, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede prestadora de serviços socioassistenciais.
C. O SUAS foi a principal deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília (DF), em 2003, e se inscreve no esforço de viabilização de um projeto de desenvolvimento nacional, que pleiteia a universalização dos direitos à Seguridade Social e da proteção social pública com a composição da política pública de assistência social em nível nacional.
D. Esse novo modelo de gestão supõe um pacto federativo, com a definição de competências e responsabilidades dos entes das três esferas de governo (federal estadual e municipal). Está sendo implementado por meio de uma nova lógica de organização das ações, com a definição de níveis de complexidade do sistema: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de baixa, média e alta complexidade, com a referência no território, considerando as especificidades das regiões e portes de municípios e com centralidade na comunidade.
E. É uma forma de operacionalização da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a sua regulação em todo o território nacional.

36-A elaboração de uma Política Pública segue algumas etapas de trabalho. Deve-se, porém, reconhecê-las como um processo e não como fases que estabelecem entre si uma relação de linearidade. São elas, EXCETO:

A. Identificação do problema: é necessário ter em mente a área de investimento que será o foco da atenção, suas necessidades e demandas, além das prioridades requeridas dentro desse contexto. O problema pode ser delineado a partir de indicadores específicos, crises, eventos e pesquisas científicas. A delimitação de um problema deve pautar-se em evidências.
B. Inclusão na agenda: é a fase em que a agenda política é definida, tendo aqui uma diversidade de fatores ideopolíticos, econômicos e sociais, que podem contribuir favorável ou negativamente para a inclusão e/ou exclusão dos fenômenos em trânsito social.
C. Deliberação das estratégias: momento em que se discutem as possíveis ações seus custos e benefícios à luz do conhecimento sobre as necessidades já identificadas.
D. Desenvolvimento da intervenção: nessa fase é novamente fundamental mapear o contexto político, econômico e social, da mesma forma que é imprescindível caracterizar, em todas as suas dimensões, as agências implementadoras e seus respectivos papéis no processo.
E. Avaliação continuada: avalia-se o processo e o impacto gerado, esperando identificar tanto os fatores negativos quanto os positivos da ação que permitam corrigir o fluxo e medir os resultados.

37-Na Declaração Universal dos Direitos humanos, seu Artigo 26 inclui, EXCETO:

A. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental.
B. O ensino complementar é obrigatório.
C. O ensino técnico e profissional dever ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.
D. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.
E. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos.

38-Do Direito à cidade através dos movimentos sociais é INCORRETO afirmar:

A. A afirmação do direito à cidade acompanha a história dos movimentos sociais nas últimas décadas.
B. Na França, os movimentos sociais de juventude, sindicais e políticos pós 1968 já reivindicavam o direito à cidade, questionando as formas vigentes de moradia, consumo, transporte e outros.

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br

C. No Brasil, a reflexão sobre a reforma urbana começa no início da década de 1960, mas é interrompida com o golpe militar em 1964. Com a redemocratização do país, nos anos 1970, o direito à cidade passa a se expressar de forma mais significativa, sob a pressão do Movimento Popular pela Reforma Urbana, que contou com a participação de entidades de profissionais de planejamento urbano.
D. A Constituição Federal de 1988 integra um capítulo sobre Política Urbana (artigos 182 e 183), que foi regulamentado em 2001, com a promulgação do Estatuto da Cidade.
E. O século XXI começa com a conjunção de duas tendências que contribuam para afirmação do direito à cidade. De um lado, a globalização econômica e a expansão da lógica de mercado levam ao aumento do desemprego e da exclusão social. Do outro, novas formas de organização e de expressão cultural e política no âmbito local se expandiram, apontando novos modelos de gestão pública.

39-Sobre Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é INCORRETO afirmar:

A. O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, localizada nas áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social dos municípios e se caracteriza como a principal porta de entrada das famílias para a rede de proteção social de assistência social.
B. A implantação do CRAS é uma estratégia de descentralização e hierarquização de serviços de assistência social. É elemento essencial do processo de planejamento da política de assistência social e do planejamento territorial do município.
C. Prever a gradual cobertura de CRAS, em todos os territórios de vulnerabilidade existentes e reconhecidos no Plano Municipal (2015 – Plano Decenal). É atribuição do gestor municipal e deve ser aprovado pelo CMAS ou CAS-DF
D. O CRAS exerce a função de referência quando processa, no âmbito do SUAS, as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território, de forma a garantir ao usuário o acesso a renda, serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda.
E. A contra-referência é exercida sempre que o CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção especial) e insere o usuário em serviço, benefício, programa e/ou projeto de proteção básica à saúde.

40-A Lei 8.213, também conhecida como Lei de Cotas, estabelece a reserva de vagas de emprego para pessoas com deficiência (habilitadas) ou para pessoas que sofreram acidentes de trabalho, beneficiárias da Previdência Social (reabilitados). A obrigação vale para empresas com 100 ou mais funcionários e as cotas variam entre:

A. 1% e 5% dos postos de trabalho.
B. 2% e 5% dos postos de trabalho.
C. 3% e 8% dos postos de trabalho.
D. 5% e 10% dos postos de trabalho.
E. 5% e 15% dos postos de trabalho.

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br